

A NOVA REDISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO DOMÍNIO MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA ORDEM POLÍTICO- ECONÔMICA*

Luciano Vasapollo**

1.

De início, vale a pena recordar que a cada ano as Nações Unidas produzem um *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Esse relatório encomendado pelo *United Nations Development Programme* (UNDP) a um grupo de especialistas independentes examina e compara a renda *per capita* (como medida de progresso) à esperança de vida, ao bem-estar e à alfabetização. Em 1999, esse relatório concentrou sua atenção nos aspectos positivos e negativos da globalização. Sustenta que ainda que milhões de indivíduos encontrem-se em vias de ser marginalizados pela falta de acesso às novas tecnologias, leia-se a internet, as crescentes desigualdades não são inevitáveis. Recomenda, entre outras coisas, políticas e ações sociais mais fortes com a finalidade de canalizar os efeitos da atual economia em recessão e expansão... Evidencia-se, então, um desequilíbrio crescente no âmbito internacional na medida em que a globalização oferece benefícios a alguns, mas marginaliza a maioria. Enquanto a “globalização oferece notáveis oportunidades para o progresso humano, enriquecendo a existência de alguns indivíduos, expandindo a possibilidade de expansão e criando uma comu-

nidade baseada em valores compartilhados, permitiu-se que os mercados dominassem o processo, obstaculizando a criação dos tais valores e o êxito de objetivos comuns”.

Encontramo-nos, em troca, há mais de vinte anos no interior de um forte processo de financeirização da economia, explicável não somente por fenômenos de reestruturação e de reconversão que estão mudando a própria forma de manifestação do modelo de desenvolvimento capitalista. Tais processos de globalização com características financeiras seguem fundamentalmente a lógica interna cujo objetivo radica na maximização dos benefícios totais por meio de incrementos de dividendos, juros e capital adquirido, em detrimento do emprego e das condições de vida de todos os trabalhadores, empregados ou não.

É preciso lembrar que com o nascimento da Comunidade Econômica Européia (CEE) a política européia passou a ser referida, sobretudo, por questões de ordem econômica. Hoje, na União Européia, ao menos oficialmente, trata-se de criar situações de igualdade de direitos entre homens e mulheres, assistência para a saúde, direitos dos trabalhadores, em especial ao emprego; seguridade das aposentadorias, ainda que o nascimento de uma política social autônoma no âmbito comunitário sempre tenha criado desacordos. Existem, justamente, duas escolas de pensamento: a primeira, a chamada escola econômica neoliberal, que afirma que as

* Tradução de Ruy Braga.

** Professor de estatística empresarial da Faculdade de Estatística da Universidade de Roma La Sapienza. Diretor científico do Centro Studi Trasformazioni Economico-Sociale e da revista *Proteo*.

normas sociais que obstaculizam a livre competição devem ser reduzidas ao mínimo; a segunda, baseada na centralidade do Estado social, considera os gastos com a seguridade social essenciais para não colocar em risco a paz social. Ou seja, algo próximo daquilo que definimos como o conflito entre o modelo de capitalismo “anglo-saxão” e o modelo “renano”.

A este propósito, na prática, sempre se buscou políticas que combinassem ambas as posições, mas, até o final dos anos 1980, quando foi criada a “Carta comunitária dos direitos fundamentais dos trabalhadores”, a questão social acabou sempre relegada a um segundo plano em toda a Europa.

2.

Hoje, encontra-se em curso um processo de intensa redefinição das áreas de influência dos distintos componentes do “capitalismo real”. De todo modo, qualquer que seja o capitalismo de referência, este se fundamenta na exaltação do mercado livre, ainda que de maneiras diferentes, projetado nas *performances* do capital financeiro. Contudo, é o próprio capital financeiro, por meio de seus fluxos e sua síntese monetária que, apontando a obtenção do benefício com as melhores condições, exporta, ao mesmo tempo, as condições do modelo global.

A crise econômica e social – de superação da era fordista – que estamos vivendo, começou no final dos anos 1960 com a construção do *Welfare State* no Ocidente e – antes da crise do petróleo – com a supressão da conversão do dólar de 1970. Conseqüentemente, uma das formas da hegemonia estadunidense foi derrubada, estabelecendo-se em 1975 o projeto de uma Nova Ordem Econômica Internacional a qual demandavam os países não-alinhados e rechaçavam as nações ocidentais.

Começou, assim, a crise da dívida do sul do mundo que teve início com a primeira crise da dívida mexicana, em 1982. O último elemento dessa crise bipolar foi a derrubada do sistema soviético, em 1985, com o enganoso projeto gorbachoviano da perestroika e com a desagregação, de 1989 a 1991, da Europa do Leste e a destruição da União Soviética.

Já em 1970, o crescimento econômico e a expansão dos mercados havia diminuído notavelmente e desde 1980 até os dias atuais os países do

G7, influenciados pelas políticas do Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, preocuparam-se exclusivamente em administrar a crise nos dois terços do mundo, relançando políticas monetaristas e restritivas com um custo social altíssimo.

A administração da crise do modelo fordista-taylorista consiste em evitar uma desvalorização significativa de capital, inventando sempre novas saídas em um contexto especulativo de globalização financeira e de grande competição global. Para evitar uma desvalorização do capital foram adotadas uma série de medidas como, por exemplo, o câmbio flexível, os juros elevados, as privatizações, a desregulamentação, o ataque aos salários dos trabalhadores e ao *Welfare State*. Foram combatidas as políticas de proteção social e se acentuaram as características precárias no mundo do trabalho.

O aspecto mais evidente é a precariedade do trabalho¹ como elemento constitutivo da nova divisão do trabalho. São exemplos o contrato de empréstimo da força de trabalho, a competição mundial entre os trabalhadores e a desvalorização do trabalho dependente assalariado.²

A esse processo devemos acrescentar um ataque ao salário direto, indireto e social; coloca-se em discussão o serviço sanitário nacional com violentos processos de privatização, a seguridade social, a saúde, a escola, as aposentadorias em geral, finalmente, o conjunto do Estado social que havia configurado uma conquista das lutas do movimento dos trabalhadores até os anos 1970.³

No âmbito local, o processo de incremento da importância do setor financeiro na economia global articula-se a um enorme aumento da desigualdade na distribuição interna dos ingressantes e da riqueza produzida que cada vez menos se dirige para o “fator trabalho” (sob a forma de salário direto e indireto) movendo-se na direção do “fator capital” (sob a forma de mais-valia financeira). Ou seja, como elemento predominante de remuneração na forma de puro benefício financeiro.

Hoje, encontra-se em curso um processo de intensa redefinição das áreas de influência dos distintos componentes do “capitalismo real”.

O crescimento da produtividade no trabalho concretiza-se sempre no fato de que é necessária uma quantidade menor de trabalho para se obter um determinado resultado.

Um aspecto fundamental em todo esse processo de internacionalização é, seguramente, aquele relativo à redefinição (no sentido da centralidade de sua função) do sistema bancário e financeiro em geral, o qual se encontra em uma fase de completa reorganização. O sistema tem sido encarregado da tarefa de determinar os novos processos de desenvolvimento internacional e as linhas estratégicas da competição global.

Tais fenômenos econômicos são: a produção, o consumo e a troca, mas também o aumento e a concentração do capital, de técnicas e instalações, as novas formas de predomínio do setor financeiro, o desenvolvimento das empresas, a competição, os novos processos de acumulação. Eles tendem à polarização dos blocos econômicos em benefício dos

mais importantes países de cada um desses blocos (Estados Unidos da América, União Européia, Pólo Asiático) da economia mundial. O processo funciona por meio do crescente predomínio da área financeira.

A nova globalização polarizada, ou melhor, a moderna competição global, coloca em questão não somente o papel da empresa fordista e o processo produtivo a ela relacionado, mas também as disposições internacionais financeiras bancárias, verdadeiro elemento de inovação no processo econômico mundial.

3.

É possível verificar o predomínio não somente de um novo sistema produtivo difuso, mas também de um novo sistema financeiro, de uma nova acumulação do capital – a chamada “acumulação flexível” da era pós-fordista – baseada nos processos de predomínio financeiro na economia e no uso massificado do capital intangível, dos recursos imateriais como a consciência, a informação, a comunicação, etc.

O crescimento da produtividade no trabalho concretiza-se sempre no fato de que é necessária uma quantidade menor de trabalho para se obter um determinado resultado. A percepção desse

fenômeno altera profundamente as valorações inerentes às relações que estabelecem as mediações entre variações do tempo de trabalho e do nível do salário. Em vez de uma redução do salário, a redução do tempo de trabalho pode ser compensada por um crescimento da produtividade. Isto permitiria deixar inalterada a remuneração. Já desde as primeiras fases do desenvolvimento do capitalismo os economistas reconheceram que a invenção de máquinas não aliviava completamente a fadiga cotidiana do trabalho de cada ser humano. Em vez de reduzir o tempo de trabalho de cada indivíduo singular, deixava-o inalterado ou, na maioria das vezes, prolongava o tempo de trabalho de uma tal maneira a obter um aumento considerável da produção.

Com a introdução das novas tecnologias, o tempo de trabalho individual é o mesmo, de forma que a economia de trabalho era resolvida convertendo em supérfluos um certo número de trabalhadores e de encarregados (que pela diminuição do pessoal e pelos custos de reestruturação acabam se vendo abandonados), além do que aqueles que continuavam empregados recebiam sempre o mesmo salário, não obstante sua produtividade fosse decididamente superior.

A questão do trabalho está sempre relacionada a uma renda adequada para uma vida digna de ser vivida, à redistribuição da riqueza socialmente produzida por meio de enormes aumentos de produtividade. Riqueza que há mais de um quarto de século se dirige sempre mais na direção das rendas financeiras, que não retornam aos trabalhadores nem em termos de salário direto ou indireto (consideremos o modo que terão que assumir os fundos previdenciários, os cortes orçamentários e a privatização do *Welfare*), nem em termos de incrementação da ocupação e de diminuição do desemprego nem de redução da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho sem redução de salários e direitos; aumentos de produtividade que são riqueza social e que recompensam somente o “fator capital” em suas distintas formas.

Contudo, o dado mais importante encontra-se constituído pela mudança da tipologia do trabalho; aumentando, de fato, acentuadamente as pessoas que trabalham em tempo parcial, com grande recurso, além do trabalho em tempo parcial, as

formas de precariedade e flexibilidade, especialmente na ocupação feminina.

Esse fenômeno caracteriza-se seja pela falta de trabalho estável e a existência de trabalhos que não permitem acesso à renda capazes de garantir uma vida com um nível de subsistência normal para todo o núcleo familiar. Isto, como consequência dos intensos processos de privatização da economia acompanhados da “externalização”, com um descentramento produtivo das grandes empresas sempre mais difundido. Tal processo determinou o nascimento de grupos empresariais localizados em países como, por exemplo, no Leste europeu, nos quais não é possível efetuar uma regulamentação salarial e normativa e, enfim, com a redução ao mínimo da grandeza das empresas nas áreas centrais e periféricas das filiais produtivas internacionais (até chegar ao chamado “trabalho falsamente autônomo de última geração” da empresa individual).

A atual questão econômico-social do trabalho não está apenas vinculada ao desemprego estrutural, mas concerne a uma série de problemas de caráter quantitativo/qualitativo, tais como as novas figuras do trabalho, do trabalho negado e do não-trabalho. O problema inerente ao trabalho já existe também para aqueles que possuem um, dado que se trabalha sempre mais e em condições sempre mais precárias, não protegidas e com uma remuneração sempre menor e com grandes níveis de mobilidade e intermitência.

E, assim, chegamos a uma fase na qual se estão apresentando rapidamente na cena econômico-social novos sujeitos, novas pobreza e, portanto, novas figuras a serem reagregadas em um projeto de recomposição e organização do desacordo social.

A análise que efetuamos a respeito da atual crise do capitalismo, crise também de superprodução e de demanda como consequência da contração global do salário social de toda a classe trabalhadora, é uma crise também devida à passagem de acumulação material a formas de acumulação sobre capital imaterial relacionadas a fortes incrementos da produtividade não redistribuída e aos processos de aumento do setor terciário, acompanhados de fortes deslocamentos sobre a renda financeira. Isto serve para evidenciar que o chamado ciclo pós-fordista da fábrica social generalizada cria além do desemprego estrutural, mil formas de trabalho atípico e flexível que são acompanhadas por um

forte crescimento da produtividade. Contudo, trata-se de uma riqueza social que não é revertida de nenhuma maneira ao “fator trabalho”.

É evidente que os novos processos de acumulação flexível do capital exigem que sejam criadas uma nova tipologia dos trabalhadores: os precarizados, os trabalhadores intermitentes, os trabalhadores autônomos de última geração, os “para-subordinados”. Tratam-se de novas formas e modalidades de um trabalho que se torna mais subordinado, da nova feição do trabalho assalariado. Novas figuras que compreendem, sobretudo, os jovens e as mulheres. São, na realidade, muito mais que os trabalhadores dependentes clássicos e tradicionais. São todos os que desenvolvem trabalhos mal remunerados e em tempo parcial, sem direito a uma proteção. É o novo mercado de trabalho com altíssima precariedade e flexibilidade impostas pelo novo ciclo da acumulação flexível dos pólos imperialistas, funcional à lógica da agressão econômico-social das multinacionais. Não obstante, a enunciação de vários princípios inovadores expressos em fases distintas por vários componentes empresariais, governamentais e sindicais, acentua uma forma-Estado e uma forma-governo que corresponde à expressão e tem os vínculos impostos pelas multinacionais, pelos grandes poderes econômico-financeiro, das grandes famílias proprietárias, dos grandes acionistas e que realizam objetivos de longo prazo não somente no sistema produtivo direto, mas também em relação à vida social dos trabalhadores em sua totalidade, determinando e impondo as novas funções sociais realizáveis com a contribuição de todos os operadores-instrumentos interessados no desenvolvimento dos pólos geoeconômicos e acionando as formas de conflito interimperialista (guerras comerciais, guerras financeiro-rentistas, guerra de petróleo, guerra-guerreira, etc.)

4.

Na realidade, a desintegração da União Soviética, juntamente com fim do bipolarismo, deixou viva somente uma superpotência, os Estados Unidos da América, e ofereceu ao modelo de capitalismo estadunidense a tentação de interpretar o final das ideologias opostas como autorização para impor sua própria força econômica e política em um contexto desenfreado de capitalismo “selvagem”,

com a certeza de sua própria superioridade financeira e tecnológica.

É por esse motivo que a Europa de Maastricht foi pensada como uma alternativa à globalização selvagem praticada pelos Estados Unidos da América, a fim de se contrapor ao outro pólo geoeconômico internacional que em sua intenção havia tido que ter uma impostação capitalista econômica e social mais moderada.

O peso econômico e comercial da Europa, graças a esse processo de internacionalização econômica, comercial e financeira, terá que se confrontar com os Estados Unidos da América e o pólo asiático. Isso conduzirá a uma grande mudança de caráter "pluripolar" nas relações do mercado mundial com diferentes configurações geopolíticas e geoeconômicas para os novos blocos econômicos subglobais.

Esses três pólos econômicos constituíram-se na prática, mas um confronto entre eles é ainda difícil. O colosso estadunidense obtém pela própria força interna e pela própria hegemonia política uma posição de primado que o permite amortizar com grande facilidade os efeitos estabilizadores que suas políticas vão produzindo no interior e no exterior por meio do papel que jogam os mercados financeiros. O pólo asiático perdeu o papel de guia do Japão e atravessa uma forte fase de debilidade devida à crise asiática, mas pode contar com uma trama de interesses que compreendem o eixo Rússia-China-Índia, com referências ainda estratégicas também do Japão. Isso pode levar a uma política exterior e a uma política econômica centralizadas. Em troca, a Europa precisa colocar em marcha um processo que a leve a adquirir por meio de profundas transformações as características de uma verdadeira e autêntica "economia continental" dotada de uma unívoca projetualidade política.

Com tal propósito é justo recordar que o processo da integração européia começou no fim da década de 1950. Foi levado a cabo desde o começo como uma tentativa de resolver a crise inaugurada com o fim da Segunda Guerra Mundial. Foram aqueles países europeus que buscavam construir uma economia de bom nível, freqüentemente competindo com os Estados Unidos da América, que no início promoveram a integração européia. Os países membros mostraram-se mais convencidos da indispensável necessidade de

conformar uma união monetária após o outono de 1992 quando viram destruída sua primeira tentativa, que começara em 1978, pela crise financeira que transtornou todo o contexto internacional. As hipóteses iniciais propunham que, por meio da união monetária, a Europa pudesse governar sua própria demanda interna, como sempre haviam feito os Estados Unidos da América, com uma integração econômica capaz de aperfeiçoar as melhores *performances* econômicas nacionais e, no âmbito continental, exportá-las, limitando o poder da Alemanha.

Contudo, a "germanofobia" contida em todas as hipóteses de Maastricht é equivocada tanto no método quanto na substância. No método, dado que seu medo serve à união contra um inimigo e isto dificilmente permite construir uma política comum de validade internacional. O erro encontra-se, sobretudo, na substância, tendo em vista que a Alemanha não é mais uma superpotência. A ex-República Democrática Alemã mostrou-se um recurso de difícil gestão para o modelo e para os processos capitalistas alemães. A Alemanha unificada tornou-se maior em população e território, mas mais débil no que diz respeito aos equilíbrios políticos, estrutura econômica, capacidade de governar-se e de exercer uma influência internacional em termos de hegemonia geopolítica do que a velha República Federal.

Assim, vantagens para todos os novos sujeitos financeiros europeus são alcançadas em detrimento não apenas dos trabalhadores, mas também do conjunto dos cidadãos e de um crescimento social de qualidade. Não obstante as premissas e os instrumentos presentes na formação da União Européia previam formas de proteção social universais.

Além dessas premissas e de tantos instrumentos previstos para a ajuda ao emprego e à proteção social, até agora a liberalização das trocas, juntamente com a desregulamentação e o desmantelamento da legislação protetora das rendas salariais, permitiram, em troca, que grupos multinacionais europeus explorassem simultaneamente as vantagens da livre circulação das mercadorias e as fortes disparidades existentes entre países, regiões e lugares situados no próprio interior do mercado comum europeu. Essa influência

internacional com traços hegemônicos de bloco econômico subglobal, em particular no que diz respeito ao centro-leste europeu, tem se apresentado no âmbito da União Européia conforme a expressão “expansão”.

O termo “expansão” é muito geral e leva a agravar a competição e os contrastes entre os países que desejam entrar e tomar parte na União com aqueles mais poderosos nela presentes. Dentro da União Européia os maiores países buscam suas zonas de expansão econômica e política na área centro-oriental, de acordo com as prioridades geopolíticas e as inclinações históricas e culturais, mas sempre com uma forte determinação na criação do novo pólo europeu de caráter geoeconômico internacional.

À luz do projeto euro, geopoliticamente destinado a restringir uma primeira Europa em torno do núcleo franco-alemão, a retórica da “expansão” adquire o aspecto de estender ao Leste a esfera de influência geoeconômica européia, garantindo o controle sobre uma região potencialmente instável e explorando seus recursos, a começar pelo baixo custo de um trabalho com um bom nível de especialização. Essa região seria parcialmente integrada na União no sentido de uma titularidade formal e de uma subalternidade real, sob uma lógica capaz de mantê-la como área de domínio. De fato, um dos objetivos não declarados de Maastricht foi o de remeter o problema da expansão para o Leste: os “mais afortunados” poderiam eventualmente ser admitidos nos primeiros anos da década de 2000. A adesão de outros países do Leste arriscaria comprometer enormemente o processo de unificação. Trata-se, então, de reforçar e tornar mais flexível o processo de tomada de decisões na União, sobretudo no que diz respeito à redução do vínculo da homogeneidade política e de acesso. No signo do pólo geoeconômico europeu é necessário garantir aos países mais fortes e mais estáveis que não fiquem em xeque por parte dos países mais débeis, pois eles são os elos frágeis do “capitalismo europeu”. Nessa direção, o alargamento levará à construção de três Europas: a do núcleo, a dos membros restantes atuais da União Européia que não adotaram o euro e a dos ex-países socialistas.

Resulta particularmente claro que a integração dos ex-países do bloco do Leste na União Européia,

e inclusive à Otan, encontra-se dirigida contra a Rússia, buscando dessa maneira empurrar a Rússia em direção a Ásia e favorecendo potencialmente o reforço de um elemento importante do novo pólo asiático. O único objetivo do alargamento europeu consiste em triturar a Federação Russa a fim de liquidar para sempre a potência eslava e levar as fronteiras do pólo geoeconômico europeu aos Urais.

Mas isso será difícil até o dia no qual uma unidade política em torno de uma real estratégia ocidental européia seja alcançada. Nesse momento, esse vazio geopolítico produz uma aliança alemã-inglesa, com os alemães interessados em alargar a Europa para difundir seus legítimos interesses econômicos e de segurança no Leste e os ingleses que esperam, em troca, que esse alargamento liquide de uma vez por todas qualquer aspiração à unidade política européia.

5.

Além disso, à debilidade política deve ser somada uma impressionante debilidade social imposta pelos vínculos monetaristas da Europa de Maastricht e de Amsterdam. A Europa, da forma como está sendo construída nesse momento, contribui para debilitar a ação político-social e o gasto social de duas maneiras distintas.

Antes de mais nada, por meio do compromisso de poder em ação há mais de 20 anos, os países se colocam em concordância para estabelecer uma moeda única, mas rechaçam operar uma ação pública eficaz que sirva às opções e às necessidades reais da sociedade. Elege-se a via da privatização que é muito mais fácil do que a regularização e as reformas para realizar um sistema público eficiente e capaz de melhorar também as formas de democracia representativa.

Existe, então, muito de verdade na tese europeísta-monetarista do vínculo externo que desde o Tratado de Maastricht impôs a via única da privatização, das políticas monetaristas e das reformas estruturais do *Welfare State*. Continuam a ser exigido dos cidadãos fortes sacrifícios para um vínculo externo, não em nome de seus interesses e não para satisfazer melhor

Com tal propósito é justo recordar que o processo de integração européia começou no fim da década de 1950.

suas necessidades de trabalho, de renda ou proteção social. O vínculo externo mina a legitimidade e a autoridade política e econômica de cada país porque se a sede das decisões encontra-se freqüentemente em um lugar incontrolável e não democraticamente eleito (a exemplo dos vários organismos internacionais), não se compreende qual seja a função do governo e do Parlamento europeu no processo de unidade européia.

Tendo por base tudo o que foi dito até agora, é evidente que desde a assinatura do Tratado de Maastricht o desemprego tem aumentado, o crescimento econômico foi paralisado, o Estado social está em crise. O nível de vida diminuiu, a legitimidade das seleções político-econômicas começando pela Itália está colocada em discussão sem que seja vislumbrada uma nova e unívoca linha econômica e político-social européia.

Tal política significa desemprego de massa e desmantelamento do Estado social. Mas não serve uma união monetária sem uma convergência nos conteúdos da política econômica de caráter social e os critérios de tal convergência não têm que ser somente critérios monetários. O que faz falta, em troca, é uma política que enfrente ativamente os problemas ocupacionais e de proteção social. O problema do desemprego existe em todas as regiões da Europa, não é somente um problema da conjuntura econômica, mas sim um problema estrutural. Encontramo-nos diante de uma situação na qual uma completa reativação econômica não diminui o número de desempregados; o crescimento quantitativo da economia não significa nem desenvolvimento sócio-econômico global nem crescimento igual e territorialmente homogêneo.

O Tratado de Maastricht representa, na verdade, a expressão de uma política neoliberal que ratifica o predomínio absoluto do mercado no curso da definição e estabilização de um modelo de capitalismo europeu fortemente paralelo ao modelo estadunidense-anglo-saxão e, ao mesmo tempo, em competição com ele mesmo a fim de reforçar o bloco polar geoeconômico europeu.

Como foi dito anteriormente, além dessas premissas e de tantos instrumentos previstos para a ajuda ao emprego e à proteção social, até agora a liberalização das trocas somada à desregulamentação e ao desmantelamento da legislação social permitiu, na União Européia, em contrapartida, que grupos

multinacionais tenham podido explorar simultaneamente as vantagens da livre circulação das mercadorias e as fortes disparidades entre os países, as regiões ou os lugares situados também no interior do mesmo mercado único europeu.

O grande mercado continental garante contemporaneamente aos grupos econômico-financeiros das multinacionais total liberdade de eleição dos distintos elementos que constituem uma produção integrada no âmbito internacional, respondendo também às exigências das estratégias de diferenciação da oferta e da fidelidade da clientela, exigências próprias da competição oligopolista, em uma situação na qual foi determinada voluntariamente uma forte precariedade e flexibilidade do mercado de trabalho.

Mas a situação econômica e as disposições monetárias advindas da constituição da União Européia determinaram que o projeto de uma reconversão "keynesiana" tenha falhado, por meio de uma grande gama de projetos e infra-estruturas capazes de substituir as políticas restritivas, de reequilíbrio e de convergência acionadas em cada país e dirigidas no sentido da permanência na União Européia. De fato, permanece sendo aplicada uma política econômica monetarista e restritiva que conduziu à desastrosa situação ocupacional e social em que se vive hoje na Europa, também na atual fase de crescimento econômico que, contudo, não é acompanhada por um desenvolvimento social global.

Mas a Europa, diferentemente dos Estados Unidos da América, Japão e outros países da Ásia, não apresenta uma política de crescimento produtivo de caráter unívoco e homogêneo, e sim uma série de modelos qualitativamente distintos de crescimento quantitativo, mas não necessariamente de desenvolvimento econômico e social.

6.

O impacto do euro sobre as relações internacionais pode apresentar efeitos explosivos no que diz respeito às disposições e aos equilíbrios internacionais atuais, não obstante as ambigüidades e os limites internos da União Européia.

A redistribuição territorial do domínio mundial não se encontra determinada por uma simples descentralização do capital ou produzida exclu-

sivamente pela valorização dos recursos locais. É devida, sobretudo, aos intensos processos de reestruturação do capitalismo que, na busca por competitividade no plano internacional, determinam eficiência a partir fundamentalmente da imposição de uma forte mobilidade espacial e setorial da força de trabalho, da diversificação dos projetos de flexibilidade salarial e da utilização do trabalho e da livre circulação dos capitais com características especulativas fortes.

Tendo em vista o exposto até o momento, é legítimo perguntar se, dado as imperfeições e as novas quedas político-sociais fortemente negativas, especialmente no âmbito de muitas macro-áreas regionais do Tratado de Maastricht – que se evidenciam –, se é possível e como evitar as graves repercussões ocupacionais, sociais e econômicas da “Europa financeira”?

Para respeitar os critérios fundamentais de Maastricht e estabilizá-los com o tempo é necessário manter níveis de desemprego altíssimos e disposições de estabilidade financeiras que tendam a destruir a economia real. Isso requer muitos sacrifícios aos cidadãos, especialmente àqueles dos segmentos mais débeis e nas áreas mais empobrecidas e na periferia das áreas mais desenvolvidas.

A crise do Estado social representa a crise geral da forma política e estatal por meio da qual a Europa desenvolveu uma certa relação entre o momento produtivo e o momento social. Também a percepção subjetiva da crise do Estado social determina dramáticos fenômenos de ruptura da confiança popular em confronto com os setores políticos e um profundo sentimento de insegurança em relação ao futuro, somado ao medo de perder tudo o que os grupos sociais mais débeis haviam já amadurecido em seu próprio código comportamental na condição de incluídos pela proteção do Estado social. A privatização das empresas públicas e do emprego público, dos serviços públicos e mesmo o desenvolvimento empresarial nas áreas de saúde, educação, etc. gera, por todos os lados, uma intensa crise econômico-social e de participação na vida democrática. Cresce a massa daqueles atingidos pelas formas de exclusão definitivas do circuito ocupacional em um contexto totalmente precário do presente e de seu futuro.

Os elementos anteriormente apresentados devem ser interpretados como os primeiros

sintomas do amadurecimento de um novo e abrangente regime de acumulação mundial. Na fase marcada pelo paradigma da acumulação flexível, o funcionamento do sistema é completamente submetido à prioridade do capital privado e financeiro altamente concentrado. É assim que a União Européia está buscando jogar um papel de primeiro plano e em aberta competição com os Estados Unidos da América, que tentam de todas as maneiras relançar seu papel de “polícia” de um mundo unipolar.

A esse propósito, é importante recordar que nos últimos treze anos, os Estados Unidos da América estiveram envolvidos na linha de frente em cinco conflitos. A primeira guerra foi aquela de 1991 contra o Iraque. Depois tivemos a guerra na Croácia e Bósnia, também a agressão sob a tutela da Otan (sempre guiada pelos estadunidenses) contra a Sérvia e, por último, temos as agressões contra o Afeganistão e a segunda guerra e atual ocupação, novamente, do Iraque. Sob o pretexto de combater o “terrorismo internacional”, os ventos da guerra continuam a soprar sobre as Filipinas, Coreia do Norte, Colômbia e assim sucessivamente em um contexto de “guerra total e permanente”.

E a recessão já presente desde algum tempo nos Estados Unidos da América, disfarçada pelo crescimento econômico inflado pelas dívidas interna e externa, assume a forma de bolha especulativa, colocando em evidência uma crise que apresenta um caráter estrutural e não simplesmente cíclico-conjuntural.

Eis aqui o porquê de, mesmo após o 11 de setembro, os Estados Unidos da América não poderem sustentar o papel de únicos “policiais” ou moralizadores do planeta, não apresentando nenhuma legitimidade para serem o guia unipolar do mundo. Além do mais, os Estados Unidos da América devem ser considerados também um país que apresenta sérios problemas internos de estabilidade e de crescimento econômico, de desenvolvimento social, de equilíbrio geral com fortes

Os elementos anteriormente apresentados devem ser interpretados como os primeiros sintomas do amadurecimento de um novo e abrangente regime de acumulação mundial.

contrastes éticos, político-econômicos e sociais para resolver.

Um papel novo e determinado reveste a Europa (sobretudo, após a instituição da moeda única europeia) que, além de apresentar um significativo poderio militar (no momento, limitado no nível internacional, mas que se organiza sem maiores problemas no âmbito comunitário) tem uma elevada capacidade econômica e financeira, ao ponto de superar os Estados Unidos da América em volume de trocas comerciais. Isto faz com que a União Europeia possa chegar a ser a “nova superpotência” mundial. É claro que para alcançar esse resultado a União Europeia deveria adquirir, além da unidade econômica, sobretudo a unidade política. Algo mais difícil de ser concretizado se levarmos em consideração as notáveis diferenças existentes entre os diversos países europeus.

De qualquer modo, a Europa não representa simplesmente a “ponta de lança” dos Estados Unidos da América na Eurásia. As guerras econômicas nos mercados de câmbio, os ataques especulativos nos mercados financeiros, a instrumentalização de crises geopolíticas (como a dos Bálcãs, Afeganistão, e aquelas com sinais diferentes como a da Argentina, por exemplo, são sistemáticas e sintomáticas) representam momentos de guerra econômico-financeira, comercial e política de uma violenta competição envolvendo pólos imperialistas, particularmente os Estados Unidos da América e a União Europeia. Esta última já se encontra em flagrante competição com os Estados Unidos da América, seja por conta da imposição da nova ordem geopolítica mundial, pela repartição do mercado, seja pelo controle dos impulsos expansionistas do pólo asiático, em particular do Japão, ou do eventual eixo constituído por Rússia, China e Índia. Este é o contexto da competição global.

Esses são somente alguns aspectos da guerra de hegemonia econômica que se faz sempre mais frontal em todas as áreas do planeta entre o pólo geopolítico estadunidense e aquele representado pela União Europeia. E o enfrentamento tornou-se ainda mais duro com a chegada do euro e com o temor da parte dos Estados Unidos da América de que com o tempo aumentem as oportunidades para que seu valor seja reforçado e o euro se transforme em divisa de referência internacional.

Mas é precisamente nesse quadro que se encontra inserida a assim chamada fase da acumulação flexível, ou seja, da completa reorganização e mudança de regulamentação do sistema financeiro mundial com renovações de instrumentos de trabalho, mercados, intermediários e com uma descentralização dos fluxos. Tudo isso evidenciou a necessidade da estruturação de um único mercado mundial financeiro e creditício, telemático e virtual, fazendo surgir os grandes conglomerados financeiros com um papel central nos investimentos institucionais. O conteúdo efetivo da assim chamada globalização está dado, não pela mundialização das trocas, mas pelas operações do capital tanto industrial como financeiro.

É evidente que o contexto geral da então chamada globalização vinculou-se ainda mais à dinâmica específica da esfera financeira, cujo crescimento em ritmos qualitativamente superiores a aqueles dos investimentos produtivos, do PIB ou dos intercâmbios, tenha correspondido ao fator que desajustou a situação econômica, em particular a partir dos anos 1980. Os países com baixo e médio nível de desenvolvimento, sobretudo aqueles da Europa do Leste e da Ásia central, em geral zonas ricas em recursos petrolíferos e em gás, foram os mais afetados e devem ainda enfrentar problemas, como a chantagem de uma guerra econômica entre os Estados Unidos da América e a União Europeia.

Realiza-se, dessa forma, uma mundialização financeira e produtiva com quase exclusivo domínio estadunidense e europeu, no qual os equilíbrios econômico-produtivos são progressivamente agravados. Realiza-se, do mesmo modo, um profundo processo de modificação e de distribuição da renda em benefício das rendas financeiras e de qualquer das formas assumidas pelo capital (ganhos industriais que viram juros para depois regressar sob a forma de lucros), estrangulando definitivamente não somente os países do Terceiro Mundo como também, e sobretudo, aqueles de nível médio de desenvolvimento. No âmbito dos processos de redefinição das áreas de influência dos pólos neoeconômicos, o controle dos recursos materiais (petróleo, gás, metano, minerais preciosos, etc.) e do “capital humano” (trabalhadores especializados de baixo custo e com níveis de direito mínimo) das regiões com nível médio de desenvolvimento

transforma-se em um forte e estratégico motivo de disputa na competição global.

Nos anos 1990, a dinâmica geográfica dos fluxos de investimentos externos diretos (IEDs) verdadeiramente representou o principal instrumento do paradigma da “estabilidade político-econômica global”, colocando em parte no centro da iniciativa capitalista o investimento produtivo que não pode permanecer completamente subordinado às dinâmicas da financeirização. Efetivamente, a esfera financeira alimenta-se precisamente da riqueza criada pelos investimentos produtivos nos países que apresentam um nível médio de desenvolvimento, e entre aqueles principais encontram-se os euroasiáticos. Investimentos nessa área significam ganhos para as multinacionais, incorporação de recursos primários e de capital humano barato e com boa especialização, controle do petróleo, de matérias-primas e das fontes de energia, determinação do valor de cotização do barril de petróleo e, por conseguinte, determinação do valor que jogará no futuro o papel de reserva internacional.

É esse o contexto no interior do qual se consolida a nova estrutura da sociedade do capital. Isto acontece a partir de algumas caracterizações que foram assumidas pelas modalidades das dinâmicas do crescimento capitalista reunidas no âmbito de uma relação central – o trabalho sempre submetido ao controle social interno em cada país capitalista. E isto se faz mais evidente ao serem analisados os dados macroeconômicos da crise recessiva capitalista, crise esta que impulsiona os Estados Unidos da América na direção do keynesianismo militar e da opção imprescindível da “guerra guerreada”.

O fim da globalização assiste desde logo a um choque aberto entre os dois principais pólos imperialistas que tratam de ampliar seu domínio pelo mundo inteiro, desestabilizando em particular aquelas áreas de interesse estratégico como são os casos da Europa centro-oriental e a área asiática da ex-União Soviética, e ampliando seu alcance de intervenção até a Ásia central para comprimir as ambições de superpotência da Rússia e a eventual construção do temível pólo russo-chinês-indiano. O objetivo principal da competição global entre os pólos dominantes consiste em impor a doutrina baseada na permanente instabilidade decorrente da

“estabilidade econômico-política internacional”, a estabilidade imperialista; depois serão feitas as contas referentes aos custos internos da luta pela supremacia de um dos dois pólos, a União Européia ou os Estados Unidos da América.

A saída pela administração da crise consiste em marchar segundo os parâmetros de sustentação da demanda e do domínio capitalista por um tipo de “macarthismo globalizado” e de uma nova fase keynesiana. Ou seja, desenvolver mais uma vez um keynesianismo militar com a intenção de solucionar, ou ao menos gerir, a crise; para isso a economia de guerra terá que apresentar um caráter estrutural, isto é, de longo prazo (com novos cortes nos sistemas previdenciários e na saúde, além do agravamento do desmantelamento do Estado social com um novo e específico ataque aos direitos civis, sociais e sindicais).

Uma economia de guerra, portanto, para alterar profundamente a tendência atual de forte crise de acumulação e com uma onda recessiva. Retomada, assim, da demanda e dos investimentos, mas de caráter diretamente ou indiretamente militar (*intelligence*, segurança, novas tecnologias tendo por finalidade principalmente a guerra).

Parece-nos claro que, desde sempre, para evitar os riscos de uma recessão ou mesmo para sair dessa quando o capitalismo atravessa um período de crise, o instrumento capaz de solucionar os problemas é a guerra, que permite aos governos retomar a atividade produtiva, gastar maciçamente em armas e aumentar os gastos públicos, retomando, assim, um forte ritmo de acumulação.

Os gastos militares estadunidenses correspondem hoje a cerca de 400 bilhões de dólares, isto é, mais do que todos os outros principais países do mundo e mais do que o triplo de tudo o que a União Européia gasta nessa área (aproximadamente 11,5 bilhões de dólares). O periódico *Sole 24 ore*, em um artigo datado de 24 de janeiro, mostra que o comportamento do ouro e as trocas euro-dólar quase coincidiram nos últimos quatro meses (nos anos 1970, os preços do ouro e do petróleo

Uma economia de guerra, portanto, para alterar profundamente a tendência atual de forte crise de acumulação e com uma onda recessiva.

creceram com a conseqüente desvalorização do dólar em relação ao ouro); considerando que o euro ainda é uma moeda demasiadamente jovem para ancorar firmemente o ouro, parece-nos igualmente claro que o dólar vive sobre a base da dívida externa e o euro apresenta em contrapartida as “contas em ordem”.

A economia americana sobrevive sobre um enorme endividamento: Estado, famílias e empresas acumulam uma dívida aproximadamente igual a três vezes o PIB estadunidense.

Uma diminuição dos gastos militares nos Estados Unidos da América acarretaria hoje uma profunda e completa crise do sistema econômico estadunidense e agravaria a já forte crise econômica, chegando a níveis talvez maiores do que aqueles de 1929 (crise também solucionada com o crescimento da produção de armamentos no decorrer da Segunda Guerra Mundial e também depois).

Chega-se, assim, além das diversidades atuantes entre os pólos, a um novo modo de retomar os mecanismos de acumulação, hoje em dia baseados certamente sobre marcos financeiros e sobre os investimentos em imobilizações imateriais, mas também em busca de novas áreas de penetração, de novas saídas para os investimentos produtivos funcionais ao paradigma da acumulação flexível e à “produção enxuta”. Tudo isso em um contexto de “Warfare” derrubando os espaços residuais de outrora Estado de bem-estar social, com a guerra pós-global permanente como único cenário possível para reconvocar os processos de acumulação.

Os Estados Unidos da América, agora com a “guerra justa contra o terrorismo”, parecem capazes de unificar e influenciar o mundo para tratar de voltar à fase unipolar “superimperialista”. Contudo, isso não significa o fim da política conflituosa entre pólos geoeconômicos realizada com ações contínuas de guerra econômica e política que assumem cada vez mais a forma de “guerra guerreada” pela afirmação das hierarquias. A solução da economia de guerra, mas também da política de guerra em suas diferentes determinações, será adiante aceita e conduzida pela União Européia. Mas isso significa, ao menos momentaneamente, colocar em segundo plano o papel da Europa em favorecimento da vontade americana de retardar seu crescimento e afirmação e, portanto, de todos os modos tratar de impedir o alcance dos objetivos hegemônicos e

expansionistas da União Européia para tentar retomar as estratégias de globalização de um único grande império sob a direção estadunidense. Mas atualmente, o “superimperialismo” unipolar estadunidense fortalece a competição com os outros pólos e o poderio militar estadunidense, por enquanto predominante, não é capaz de se impor plenamente.

7.

Os problemas que emergem também das aplicações de análises sobre dados estatísticos evidenciam que é necessária uma política econômica fortemente alternativa, capaz de enfrentar realmente os problemas oriundos do desemprego e da necessidade de proteção social. Também a demanda pública deve ser usada para esses objetivos, ou seja, deve ser capaz de se transformar em um instrumento para orientar os investimentos na direção da criação de empregos e da melhoria da qualidade de vida. Urge que apareça um governo político da economia que não somente respeite as exigências ecológicas, mas que coloque em primeiro plano a produção não necessariamente mercantil, favorecendo a produção de serviços socialmente úteis e, ao mesmo tempo, garantindo políticas redistributivas e de proteção social.

Estamos diante da decadência dos paradigmas ideais que marcaram a história da civilidade européia sempre baseada na afirmação de direitos sociais entendidos tanto como expressão da cidadania ativa e do poder coletivo de participação nas decisões sobre os temas comuns quanto como conjunto das políticas econômicas elaboradas para obter a atribuição de uma parcela da riqueza nacional para ser destinada à satisfação das necessidades sociais não garantidas pelo mercado.

Se não colocarmos o problema da “Europa financeira” não existirá a possibilidade de redeterminar e condicionar as modalidades do atual desenvolvimento no marco da compatibilidade ecológica e social de modo a garantir os direitos de proteção social.

É necessário pensar a outra forma de organização da sociedade européia, da relação entre produção e consumo, entre trabalho e tempo livre do trabalho assalariado; colocar em discussão os indicadores gerais do desenvolvimento quantitativo,

assim como os modelos de acumulação e redistribuição da riqueza. Em resumo, os modos de vida, de qualidade da vida.

Encontramo-nos diante de problemas imensos: o problema ecológico, o problema do desemprego, o problema demográfico e o problema do viver social, o problema de um desenvolvimento sócio-econômico compatível com grande parcela da população européia.

Por outra parte, entendemos que a inserção na zona do euro deve significar a generalização de mecanismos de seguridade social já operantes em outras partes do continente europeu. É por isso que hoje é recolocada a questão relacionada a uma *batalha européia de toda a classe dos trabalhadores*, empregados ou não, garantidos ou não, como momento central da iniciativa relacionada à reproposição vertical dos conflitos sociais a partir da *distribuição social da acumulação do capital* determinada por formas sempre mais sofisticadas de exploração do trabalho, por aqueles aumentos de produtividade que, em última análise, não correspondem a outra coisa que riqueza social geral produzida em seu conjunto.

A riqueza integral adicionada produzida nos últimos 25 anos beneficiou completamente as rendas financeiras. Os processos de acumulação do capital foram uma vez mais reforçados pela exploração do trabalho que realizou enormes aumentos da produtividade direta e indireta, sem que tenham sido realizados aumentos salariais diretos ou indiretos, nem diminuição real do desemprego, nem diminuição da jornada de trabalho, nem verdadeiros aumentos dos investimentos produtivos capazes de criar empregos. E então, nesse caso, é necessário atacar os processos de acumulação por meio de fortes impostos, passando por uma tributação forte sobre todos os capitais (uma eficaz taxa Tobin capaz de golpear seriamente o capital e os interesses financeiros sobre os títulos, impondo a inserção na declaração da renda de todos os impostos ao capital, etc.) até chegarmos a uma séria tributação sobre a inovação tecnológica que provoca desemprego e a uma batalha orgânica global contra a evasão fiscal.

Se se deseja construir uma sociedade civil européia é necessária a participação dos cidadãos e, nesse caso, tornam-se fundamentais os compromissos políticos e sociais capazes de introduzir no espaço europeu novos direitos sociais e civis

fundamentais que não podem existir sem uma regulamentação social e política. Entre os direitos fundamentais são obviamente decisivos os direitos ao emprego, a garantia a uma renda suficiente e uma proteção social a mais ampla possível. Trata-se, portanto, de comprometer os Estados até uma política de desenvolvimento durável, graças a instrumentos de ação e de solidariedade.

Faz-se necessário então refletir a respeito de uma alternativa radical e, em seguida, abandonar a idéia segundo a qual o modelo europeu corresponde a um modelo exportável, de acordo com uma nova forma de colonização de outros países, conforme uma lógica de pólo geoeconômico de dominação contraposto ao modelo dos Estados Unidos da América. O caminho é, em troca, o da construção da Europa solidária dos povos por meio do fortalecimento dos reais processos de democracia política e econômica. Reverticalizar o conflito social significa colocar-se imediatamente o problema da socialização da acumulação e, portanto, o problema da redefinição dos mecanismos de poder econômico-social.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- ALVARO, G. *Contabilità nazionale e statistica aziendale*. Bari: Cacucci, 1999.
- AMENDOLA G. M. "Salute ed equità in ambito internazionale", em *Qualità, Equità*, nº 18/20.
- CARARO, S. *et alii. NotMade Italy: EuroBang 2. La multinazionale Italia e i lavoratori nella competizione globale*. Roma: Mediaprint, 2001.
- _____. *La coscienza di Cipputi: EuroBang 3. Lavoro: soggetti e progetti*. Roma: Mediaprint, 2002.
- DE CECCO, M. *L'Oro d'Europa. Moneta, economia e politica nei nuovi scenari mondiali*. Roma: Donzelli, 1998.
- GOERGEN, M. & RENNEBOOG, L. *Strong Managers and Passive Institutional Investor in the UK*. Bruxelas: ECGN, 1998.
- _____. *Prediction of Ownership and Control Concentration in German and UK Initial Public Offering*. Tilburg University, outubro de 1999.
- GOZI, S. *Il governo dell'Europa*. Universale Paperbacks. Bolonha: Il Mulino, 2000.
- GUARINI, R. & TASSINARI, F. *Statistica economica*. Bolonha: Il Mulino 1996.
- HARVEY, D. *Crisi della modernità*. Milão: IL Saggiatore, 1993.
- KUTNER, R. *The End of Laissez Faire*. Nova York: Knopf, 1991.
- LA PORTA, R. *et al. Corporate Ownership Around the World*. National Bureau of Economic Research, junho de 1998.
- LOSCH, A. *Die Raumlische Ordnung der Wirtschaft*. Iena: Fischer, 1940; tradução inglesa *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press, 1954.
- MAHER, M. & ANDERSSON, T. *Corporate Governance: Effects on Firm Performance and Economic Growth*. OECD, 1999.

- MARIOTTI, S. & MUTINELLI, M. *Le trasformazioni strutturali dell'internazionalizzazione produttiva delle imprese italiane*. ICE Ufficio Studi Economici, Quaderni di ricerca n° 4, outubro de 1997.
- MARIOTTI, M. *L'internazionalizzazione produttiva*, Impresa & Statu, n° 41.
- MARTUFI, R. & VASAPOLLO, L. *Eurobang. La sfida del polo europeo nella competizione globale. Inchiesta su lavoro e capitale*. Roma: Mediaprint, 2000.
- _____. *Profit State, redistribuzione dell'accumulazione e reddito sociale minimo*. Nápoles: La città del Sole, 1999.
- MAYER, C. *Corporate Governance in UK*. OECD, Seul, março de 1999.
- MICHEL, A. *Capitalismo contro capitalismo*. Bolonha: Il Mulino, 1986.
- MORI, A. & ROLLI, V. *Investimenti diretti all'estero e commercio: complementari o sostituibili?* Banca d'Italia, temi di discussione del Servizio Studi, n° 337, outubro de 1998.
- MOSSELLO, M. Tinacci. "Economie di agglomerazione e di sviluppo economico", em BECATTINI G. (org.), *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bolonha: Il Mulino, 1987.
- OCDE, *Les nouvelles orientations de la politique industrielle. Perspectives de la science, de la technologie et de l'industrie 1998: principales conclusions*. Policy Brief, n° 3, 1998.
- ONIDA, F. *Dal Locale al globale*, Impresa & Statu, n° 35.
- PROTEO. *Rivista quadrimestrale a cura del Centro Studi Trasformazioni Economico Sociali Cestes-Proteo*, 1998, 1999, 2000, 2001.
- PROWSE, S. "The Structure of Corporate Ownership in Japan", em *Journal of Finance*, 47 (3), julho de 1992.
- RAPPORTO ICE. *L'Italia nell'economia internazionale*, 1998-1999.
- REGINI, M. *Modelli di capitalismo. Le risposte europee alla sfida della globalizzazione*. Roma: Laterza, 2000.
- RENNEBOOG, L. *Corporate Governance System: the Role of Ownership, External Finance and Regulation*. Working Document n° 133, Bruxelas, Ceps, 1999.
- ROE, M. J. *Some Difference in Corporate Structure in Germany, Japan, and the United States. The Institutional Investor Project*. Nova York: Center for Law and Economic Studies, Columbia University School of Law, 1993.
- SKINNER, Q. *Le origini del pensiero politico moderno*. Bolonha: Il Mulino, 1989.
- VASAPOLLO, L. *La Unión Europea: entre polo geoeconómico y desarrollo desigual*, VIII Conferencia Internacional de Estudios Europeos, Havana, 3-6 de outubro de 2000.
- _____. *La integración europea y los procesos de privatización en la competición global*. IV Encuentro Internacional de Economistas: Globalización y problemas del desarrollo. Havana, 2002.
- _____. *Los objetivos expansionistas de los polos geoeconómicos hacia la Eurasia*. VII Jornada de Economía Crítica (Globalización, Regulación Pública y Desigualdades), Valladolid, 2002.
- _____. & MARTUFI, R. *Le pensioni a fondo*. Roma: Mediaprint, 2000.
- Vv. Aa. *Eurostat Régions: Annuaire statistique 1999*. Edição 1999. Tema 1, abril de 2000.
- _____. *Eurostat Annuari 1997, 1999 e 2000*.
- YASUI, T. *Corporate Governance in Japan*. Conference on Corporate Governance in Asia: a comparative perspective. OCDE, Seul, 3-5 de março de 1999.

NOTAS

- ¹ Ou seja, o trabalho precário, trabalho "negro", trabalho oculto na condição de um fenômeno não mais apenas marginal.
- ² Pensamos nas perdas do salário real em relação ao aumento da inflação, algo que antes não existia em decorrência da escala salarial móvel.
- ³ Cf. R. Martufi & L. Vasapollo, *Le pensioni a fondo* (Roma: Mediaprint, 2000).